

As palavras e os homens: oratória, crônica e novela na São Paulo de 32

Elias Thomé Saliba*

As palavras vivem da morte dos
homens, eles unem-se através delas;
cada frase que formo, seu sentido me
escapa, ele me é roubado. As
palavras transportam para mim os
projetos do outro e, para o outro,
meus próprios projetos.

(Jean-Paul Sartre, *Critique de la
Raison Dialectique*, I, Paris,
Gallimard, 1960, p. 180)

Nossa primeira observação é muito trivial: não temos nenhuma narrativa globalizante sobre os eventos reunidos sob o título monumental de *Revolução de 1932*. Mais do que qualquer outro evento do passado brasileiro, o episódio de 32 acumulou uma massa documental enorme e um formidável acúmulo verbal. Minha primeira impressão é, portanto, pela existência de uma enorme desproporção entre os registros e os acontecimentos; parece que temos uma infinidade de testemunhos para poucas ações.

Este desequilíbrio parece-nos, a princípio, um sintoma espúrio de como 1932 - para não falar de outros eventos da história brasileira - traduziu-se numa experiência imprevista e inédita para os próprios agentes nele envolvidos. O grau e o alcance desta imprevisibilidade pode ser observado nas imagens, registros e depoimentos, constantemente fugidios, movediços, pontuais e reversivos.

Quando Mário de Andrade decide pela sua atuação no departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1936, justifica, em carta a Murilo Miranda, com

* Departamento de História, USP,

uma frase curtíssima: “Ia agir. Me embebedar de ações”¹. Era uma das formas possíveis para a inteligentia brasileira agir naquele momento: “domesticada, mas fazendo piruetas” num meio cultural extremamente rarefeito². Mas parece que todos os personagens de 32, dos mais obscuros aos mais aclamados, queriam “se embebedar de ações”. Por isso, às vezes os registros parecem se renegar em função das ações rápidas, os discursos se desconcertam face a uma realidade cambiante; daí talvez o porquê de um vocabulário rebuscado, que, diante da eficácia imponderável da ação, abriga inúmeros deslizamentos de sentidos, sobreposições, fusões, que nunca se excluem.

A própria palavra mágica da época, *Revolução*, espécie de chave dos enigmas inenarráveis, transforma-se, por momentos, em talismã de entrada no universo da linguagem viva. Apenas *por momentos*, porque depois volta a habitar o armazém das caducidades ou, adquire um estatuto semelhante ao que Barthes dissera da tautologia: uma afasia salutar, uma representação indignada dos direitos do real contra a linguagem³. A carência acidental da linguagem identificava-se magicamente com uma resistência natural do objeto.

Por tudo isso, talvez é que Pedro Nava certa feita, perguntou: “Para quem escreve memórias, onde acaba a lembrança e onde começa a ficção?” E ele não hesitou na resposta: “Minha opção é sempre pela segunda (a ficção) porque só há dignidade na recriação”⁴. A memória de 1932 abriga uma confusão de vozes, uma dicção fragmentada, um conflito sutil pela apropriação de símbolos e palavras, cuja saída pode ser a *recriação* ou, pelo menos, uma tentativa de *reconstrução* crítica.

Minhas reflexões voltam-se com alguma insistência para ressaltar o *clima de expectativa de adesão total*, um ambiente psicológico e social de certezas maniqueístas, característico de 1932. Nessa guerra que só admitia dois lados, acredito que todas as forças políticas em confronto no episódio de 1932 passaram pelo duro aprendizado daquilo que um autor chamou de “a linguagem dos cemitérios”⁵; todas as forças políticas em confronto aprenderiam, umas mais rapidamente do que as

1. Carta de 11/11/36. In: Andrade, Mário de. *Cartas a Murilo Miranda, 1934-1945*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, p.39.

2. A expressão entre aspas é de um artigo de Carlos Lacerda, “A Inteligência amestrada”. In: *Acadêmica*, n.57, Rio, agosto de 1941, pp.21-22.

3. Barthes, Roland. *Mitologias*, trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo, DIFEL, 1972, p.172.

4. Nava, Pedro. *Balão Cativo*, memórias, vol.2, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p.288.

5. A expressão é de Sérgio Buarque de Holanda em artigo de 1926, intitulado “Perspectivas” In: Barbosa, Francisco de Assis, org., *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, Rio, Rocco, 1989, p.66.

outras, a operar com a reversibilidade constante das palavras, imagens, metáforas e símbolos.

Nos limites desse artigo e apenas a título de exemplo, vamos examinar brevemente três registros nos quais foi possível captar, em graus diversos de elaboração ideológica, aquele clima psicológico e social de certezas maniqueístas: a oratória de Ibrahim Nobre, a crônica de Mário de Andrade e a novela de Antonio de Alcântara Machado.

Começamos pelo discurso mais rebarbativo, a conhecida oração *Minha Terra, pobre terra*, de Ibrahim Nobre, o *tribuno da Revolução*, pronunciada em 25 de janeiro de 1932. Ela guarda, em primeiro lugar e, dentro dos seus limites peculiares, um andamento muito comum à estrutura da oratória. Possui um intróito purificador, depois organiza-se em escarmento e termina num clássico exortatório, que é, e sempre foi, um apelo à ação.

No intróito purificador, o tema principal é o passado reavivado, quase sempre por imagens ciclópicas, primeiro a Cruz de Anchieta depois, a epopéia dos bandeirantes e, em seguida, a Academia de Direito - imagens todas dispostas em termos de um evidente lugar-comum: a metáfora do fogo purificador:

Que ronda de evocações vem do Passado! E desgarra, e levita, brandamente flutua, chorando em cada pedra, em cada rua, o lume extinto!⁶

O recitativo tácito que vem na seqüência (e que evitamos citar para não cansar o leitor) parece indicar que o tema principal desta primeira parte é o da *fé redentora*, exposta com imagens do passado que se constituem numa autêntica idolatria da História. A idolatria da história caracteriza-se por uma empresa de eliminação e homogeneização do social: Ibrahim Nobre não faz nenhuma menção à história mais recente de São Paulo, próxima ou passada, por exemplo à chusma de imigrantes que literalmente vêm tumultuar a cena social paulista durante a 1ª República. Alguns *ídola* são simplesmente pinçados do passado histórico paulista e dispostos segundo a ordem retórica da oração.

No segundo momento da oração, o escarmento, o tema parece-nos muito claro, é o tema recorrente da *invasão de São Paulo*:

Fizeram da nacionalidade um pretexto e invadiram-te. Fizeram da liberdade um rótulo e humilharam-te. Fizeram de Itararé uma gazua e desfizeram-te. (...) E dizem-se nossos

6. Utilizamos o texto da oração de Ibrahim Nobre transcrito. In: Donato, Hermâni - *A Revolução de 1932*. São Paulo, Circulo do Livro/Abril Cultural, 1982. encarte especial entre as ps. 104 e 105.

Irmãos! Ramada da mesma cepa! Projeção do mesmo plasma! Mentira! Mãos fraticidas sim! (...) Mãos que romperam numa insânia torpe, inútil, toda a túnica inconsútil dos destinos nacionais.⁷

Sem dúvida, são os trechos mais agressivos e intimidatórios da oração que, no entanto, conforme se aproxima da peroração final, se acalma e se resolve na reafirmação da unidade:

Desfaça-se uma hóstia! Deus permanece uno, indivisível em cada radiônica partícula. Assim, não se desfaz a vida, ao abraço molecular da transformação. A terra que foi carne, mantém em cada átomo, em cada grânulo, a unidade cósmica.⁸

É curioso observar que o tema da Unidade, peça chave para rejeitar a pecha de separatismo entre os Paulistas, é quase sempre veiculado com uma das imagens mais utilizadas na oratória de 32: a imagem da trincheira. (Lembre-se, é claro, da “Oração ante a última trincheira” de Guilherme de Almeida). Herdada da primeira guerra mundial e, de certa forma, imposta por ela, a imagem da trincheira esteve sempre ligada às vicissitudes particulares de um certo tipo de combate, como linha de obstáculo, de resistência, de demarcação.

A insistência e a repetição da imagem da trincheira fortemente ligada ao tema da unidade, adquiria, por certo, um viés particular naquele clima de *avant-guerre* em São Paulo: tratava-se de exorcizar os fatores de rompimento ou de divergência, de assegurar a vitória das forças centrífugas, prevenindo as ameaças de ruptura e de discórdia. No fundo, o espírito de *avant-guerre*, que Leon Daudet definiu como “aquela época de espera da guerra” combinava-se, parece, com aquela sequiosa ansiedade paulista em escavar raízes no passado muito remoto, com aquela autêntica redescoberta nativista de São Paulo. O traço monumental de cada pedra forjada pela tradição, poderia substituir, vicariamente, a unidade simbolizada pela trincheira.

Finalmente e, voltando à oração de Ibrahim Nobre, temos o exortatório, que é cheio de pontos de exclamação e se define, na verdade, *não por aquilo que ele fala, mas pelo próprio ato de falar*, ele substitui a persuasão pela sugestão, sacrificando todos os encadeamentos lógicos pelas repetições verbais, pela sonoridade e intensidade da declamação.

7. Idem, *ibid.*, loc.cit.

8. Idem, *ibid.*, loc.cit.

Com tudo isto, a gente fica imaginando quem é que ouvia os discursos de Ibrahim Nobre, pois fica difícil imaginar a reação do auditório àquela peroração rebuscada e difícil.

Foi Antônio de Alcântara Machado que, nunca crônica de 1926, diagnosticou que o “Brasil é uma imensa tribuna” e nos falava dessa “paixão pelo gongórico, essa mania do bonito e do vibrante. (...) Não faz mal. Basta que os períodos rolem com sonoridade. Rolam? Acabou-se. É o que se quer”. E completava, com uma ironia que antecipava as previsíveis fórmulas e ornatos:

As escolas superiores incumbem-se do aperfeiçoamento. Na faculdade de Direito de São Paulo (que já aponte como grande responsável por todo esse descabro) não há dia em que não se perpetram dois discursos pelo menos. De alunos e lentes. O aluno começa infalivelmente assim:

“A nímia gentileza de meus colegas deve a subida honra que me atemoriza de erguer a voz neste momento interpretando o sentir unânime desta mocidade que vos cerca, eminente Mestre, e que é sem dúvida a esperança viva da Pátria excelsa, o alicerce em que o patati-patatá”. O lente responde assim: “A juventude sempre generosa desta velha casa de tão gloriosas tradições, onde Alvares de Azevedo tangeu a sua lira peregrina e Rui Barbosa ensaiou os seus primeiros vôos de gigante da palavra. Está longe de ser, eu já disse uma vez, está longe de ser a crisálida inconsciente do inseto dourado do porvir e tarari-tarará.”⁹

E ele conclui a crônica, estigmatizando impiedoso, os dois grandes mitos associados à epopéia de 32: a Imprensa, que ele chama de *a quarta impotência* e a opinião pública paulista que, segundo ele era praticamente recrutada no interior da Faculdade de Direito. “Arcadas resistentes. Puxa!” - desabafava o escritor.

Diante desta retórica vazia é impossível não pensar no quanto era forte o tom litúrgico, oratório, proselitista. Noutros termos, parecia que o discurso, mesmo o que não se destinava à ação e sua circunstância, se exercitava na autonegação, renunciando a si mesmo em função dos comícios, das marchas, dos protestos coletivos, enfim um discurso que se formava, cada vez mais, como parte de uma *ação*. Nesse sentido, 1932 foi a época da ação e não da palavra.

O que também pode ser visualizado, com os devidos matizes, em três crônicas de Mário de Andrade, no *Diário Nacional*, “Alma Paulista” de 31/1/32, “Ritmo de Marcha” de 28/2/32 e “Heróis de um dia” de 29/5/32.

“Alma Paulista” retoma, na prosa amena e quase coloquial da crônica, o tema da invasão de São Paulo:

9. Machado, Antônio de Alcântara - *Prosa Preparatória & Cavaquinho e Saxofone*. Obras, vol.1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/INL, 1983, p.163.

De primeiro foi o esplendor. Enquanto os heróis da revolução ocupavam militarmente o nosso Estado (coisa que só agora a gente percebe bem a odiosidade fraternal). Os paulistas cantavam, de braços abertos, prodigalizando glorificações sublimes aos heróis da revolução. (...) Em compensação, os culpados paulistas, herdeiros de tradição e riqueza incomparável no país, eram entregues ao primeiro civilista improvisado que, virgem de quaisquer noções civis, se dizia salvador da nossa também incomparável civilização.¹⁰

Exceto por algumas sutilezas do cronista, temos aí a mesma temática da invasão de São Paulo, de identificação dos elementos adventícios que na crônica de Mário de Andrade se resolve pelo emprego de um oxímoro: *odiosidade fraternal*. Mas não era necessário apelar para o oxímoro, bastava contemplar uma *charge* de Belmonte da mesma época, na qual um bandeirante informa, com bonomia, que *a guerra contra o emboaba continua...*

Mas, ao contrário da oração de Ibrahim Nobre, na qual o tema da invasão se revolve pelo triunfalismo artificial da unidade, veiculada pela imagem da trincheira, na crônica de Mário de Andrade, o tema da invasão assume a tonalidade angustiada e amarga do ressentimento. O que há talvez de mais dramático na crônica de Mário é, de forma sutil, a negação da unidade, em parte explicitada no que o autor chamava de “despatriamento maluco do país” e, até mesmo, na forma suficientemente clara com que conclui a crônica:

Tenham paciência os patriotígeros patricios da nossa pátria! Nós temos que cuidar primeiro do incêndio com que nos envilecem. Enquanto isso, entre dez imagens da pátria que nos dão, não sabemos qual a verdadeira. A pátria esta feito uma nuvem, vaga, indiscernível, lá longe, longinqua. Ameaçadora. Muito amarga.¹¹

Mas, é em “Ritmo de Marcha” e “Heróis de um dia”, duas crônicas publicadas respectivamente em fevereiro e maio de 1932, nas quais Mário descreve os comícios e as manifestações de rua, que fica talvez mais explícita esta sôfrega ansiedade pela eficácia da ação que recusa a palavra:

Mas entrando na rua Direita, o espetáculo era outro. Tudo se organizava e unificava num poderoso, num voluntarioso ritmo de marcha de formidável caráter. Toda a gente da rua se dirigia pro comício e não se via uma cara só. O que se via era aquele ruminante ondular de ombros, e os passos batebatendo *plãoque-plãoque* no revestimento caro da rua *plãoque-plãoque, plãoque-plãoque*.¹²

10. “Alma Paulista”, 31/01/32. In: *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*, org. por Telê P. Ancona Lopez - São Paulo, Duas Cidades/Secr. Ciência e Tecnologia, 1976, pp.491-493.

11. *Idem*, *ibid.*, p.493.

12. “Ritmo de Marcha”, 28/02/32. In: *Idem*, *ibid.*, p.504.

Toda a circunstância do comício, o imprevisto da marcha, o arrastar-se da multidão, o imponderável do coletivo resolve-se não pela palavra ambivalente, sugestiva e amena da crônica, cheia de significados, mas pela mera justaposição de onomatopéias. Na esfera da ação, *parece que o que necessitava ser dito não era imprescindível à ação*, daí a mera justaposição de ritmo e som. Regressividade à origem mesma da linguagem?

Difícil responder. Mas a recusa da palavra combinava-se, na crônica de Mário, com uma estranha espécie de recusa do indivíduo, como ocorre na descrição que vem a seguir, das pessoas - coitadas! - que ousavam caminhar em sentido contrário à marcha:

Os poucos homens que vinham em sentido contrário estavam miseráveis, com vergonha de si mesmos, quem sabe? Uma doença em casa, algum negócio imprescindível... Mas vinham misérrimos, baixando os olhos pro chão, numa semiconsciência de erro, num individualismo bêbado, sem nexos, dum ridículo infinito, miseráveis, miseráveis, nem sabendo andar. Tinham ar de dançarinos, era horrível. E tinham de se esgueirar, porque os ombros, plãoque, não davam passagem, quadrados, decisão, inabaláveis, férreos, sem delicadeza, plãoque!¹³

“É impossível falar a homens que dançam” - escreveu em 1907, Sílvio Romero, esta espécie de (não reconhecido) avô intelectual de Mário de Andrade. Mas isto não viria, na verdade, do *nosso avô lusitano*?

Assim, toda a mobilização ou, sob um aspecto mais amplo, toda a ação se resolvia ou no individualismo bêbado ou nos plãoques-plãoques, na “indestinação intelectual do ritmo e do som” - ou na própria multidão, naquela projeção de aspirações tácitas, indefiníveis, sem medula e sem projeto. Mas o juízo de Mário de Andrade sobre a multidão era um pouco diferente:

Todas as multidões, - escreve Mário de Andrade na crônica final - são da mesma forma heróicas e covardes, civilizadas e selvagens; tirar a psicologia dum povo pelo que esse povo manifesta quando em ESTADO DE MULTIDÃO, é cair em verdades humanas e universais.¹⁴

13. Idem, *Ibid.*, p. 503. A narrativa dos comícios e manifestações de 24/02 e de 23/05 de 1932 pode ser cotejada com outra, como por exemplo a de Paulo Nogueira Filho, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista, A Guerra Cívica, vol 2: A Insurreição Civil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, pp.193-198. As melhores sínteses históricas são as de Holien Bezerra G., *O jogo do poder; a revolução paulista de 32*, São Paulo, Edit. Moderna, 1988 e Capelatto, M. Helena, *O movimento de 32: a causa paulista*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

14. “Heróis de um dia”, 29/05/32. In: Idem, *ibid.*, p.535.

Curioso é que a crônica (particularmente as de Mário de Andrade) possuem um encadeamento que se dá menos por nexos lógicos do que por nexos imaginativos. Daí talvez, as imagens altamente sugestivas por trás das quais o escritor tenta esconder a sua pena, escondendo também sua compulsiva atração, (confessada *a posteriori* sob forma de humildade desiludida) pela atividade e pela ação inebriante. Passada a ação, os sentidos das palavras prescrevem. A consciência tinge-se de trágica *porque sempre vem depois, post-factum* ou, “depois do gato morto” - na tradução machadiana.

Cabe lembrar ainda que, entre 17 de julho e 25 de setembro de 1932, durante o período da fase propriamente militar de 1932, Mário de Andrade suspende a publicação das crônicas, limitando-se apenas a registrar o material popular que vai surgindo das lutas, numa série que receberá o título de *Folclore da Constituição*.

Quanto ao paulistismo nativista, veja-se a expressiva crônica “São Paulo no Brasil” (1/2/31) na qual fica patente o significado bairrista das opções políticas, até pelo ângulo dos argumentos do Partido Democrático, do qual Mário de Andrade esteve próximo, pelo menos por alguns momentos. A mais notável é a crônica, “Comunismo”, publicada logo depois dos decretos do interventor João Alberto - decretos que tanto escândalo causaram nas fileiras do PD e do PRP. É possível perceber nesta crônica, poucos elementos de referência direta, como os famosos banquetes ou “bailes encarnados”, promovidos pela Legião Revolucionária. Mário de Andrade termina a crônica, dizendo: “Fico imaginando um comunismo implantado aqui... Depois de serem queimadas de novo todas as casas de jogo do bicho, os Soviets brasileiros, mandavam mil contos de presente pros orfãos turcos. Depois davam um grande baile”.¹⁵

Curiosamente, todo o discurso, não apenas o político mas, até o literário e o artístico, tingia-se de litúrgico e missionário - a própria estética prestava-se a um uso fortemente instrumental. Lembre-se que é de 1932, a crônica na qual o mesmo Mário de Andrade, cobrava posturas do intelectual, denunciando que a imagem que melhor convinha à intelectualidade brasileira era aquela, extraída de Olegário Mariano, a do “homem tocando viola de papo pro ar...”.¹⁶

Porque a atitude messiânica, que via em cada homem um soldado, não era privilégio dos legionários, do PD ou do PRP, mas de todos os interlocutores envolvidos em 1932. Os que podiam falar e também os que não podiam falar. Qual novo surto de gripe espanhola, a síndrome da “frente única” atacava a todos. O

15. “Comunismo”, 30/11/30. In: Idem, *ibid.*, p.283. Sobre os partidos e a atuação da Legião Revolucionária, Borges, Vavy P., *Tenentismo e Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

16. “Intelectuais-1”, Idem, *ibid.*, p.515.

vocabulário castrense, de caserna, de guerra mesmo, invade até mesmo as falas mais recônditas dos civis: “Liga de Defesa, Legião Revolucionária, Exército Civil, Lema encarnado, Pretorianos, Janizaros, etc...” Parecia que a civilização paulista tinha adentrado no seio da civilização escoteira e homens e mulheres, sem exceção, ansiavam por realizar “boas ações”.

Tudo isso parecia reiterar aquele esvaziamento mortífero da palavra pela ação, no fundo também uma linguagem compensatória para dominar uma realidade pífia, tibia, mesmo para as elites: a imagem do General Klinger, chegando do Mato Grosso, com um “imbatível exercito”, que não chegava a 30 soldados...¹⁷

À sombra deste acirramento de militâncias e desta mobilização das consciências, um tanto à margem deste aprisionamento da linguagem pela mobilização permanente, nasceu *Mana Maria*, a novela inacabada de Antônio de Alcântara Machado.¹⁸

A personagem-título era uma “paulista de 400 anos” que não aceitava casar-se com um médico sergipano. *Mana Maria* trazia os traços estilizados mas, predominantes da *idéia feita* do paulista antigo: taciturna, sóbria, enérgica, quase áspera e “falava sem mostrar os dentes”. Para o tema que nos interessa, temos, logo de início, uma antítese fundamental que percorre toda a narrativa. O Dr. Samuel Pinto, o médico sergipano, caracteriza-se pela fala esparramada, marcada por traços de uma sublitteratura grandiloqüente. Enquanto *Mana Maria* é sóbria, direta, quase muda, exprimindo-se com palavras medidas e duras.

A carta, de quatro páginas, que o médico sergipano dirige à *Mana Maria* é um discurso cheio de rebarbas. Lembra, muito, *mutatis mutandis*, a oração do tribuno Ibrahim Nobre. A reação de *Mana Maria* à leitura daquela arenga rebuscada é única: “*Mana Maria* leu e pensou: *coitado*. Foi para o quarto, abriu a secretária e guardou a carta ao lado de outros papéis.”

O tema da invasão de São Paulo reaparece naquilo que se poderia constituir como o foco central da novela: a insubmissão ao recém-chegado, ao “vitorioso das batalhas de 1932”. Mas, toda a preocupação com os adventícios, assim como todas as atitudes que beiram ao paulistismo exacerbado, não têm quaisquer vínculos com o real, num clima de profunda vacuidade social, no qual pesava como uma fatalidade, o crepúsculo do universo paterno.

17. Curiosamente, o General Bertoldo Klinger foi um dos mais aguerridos partidários de uma simplificação ortográfica da língua portuguesa. Conta-se que, interpelado por um jornalista sobre as razões que o levavam a escrever de acordo com o próprio sistema que preconizava, Klinger não vacilou e, apanhando o papel mais próximo, escreveu: *Porke Kero*. O episódio, muito conhecido, foi recontado por Frederico Branco. In: *Postais Paulistas*, São Paulo, Maltese, 1993.

18. “*Mana Maria*” In: *Novelas Paulistas*, 7a. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, pp.107-162.

Toda a novela parece revelar, por parte do narrador, uma despreocupação com a consciência passada. Restabelecer uma memória de traços coloniais também parecia uma empresa impossível. Embora a novela alcance três gerações, apenas os protagonistas de duas delas são focalizados diretamente: Mana Maria e seu pai, Joaquim Pereira, amanuense do Serviço Sanitário. A geração protagonizada pelo avô de Mana Maria, que assinala o início da decadência da estirpe patriarcal bandeirante, surge, indiretamente, quando o autor evoca os eventos ocorridos na juventude de Joaquim Pereira.

Efetivamente, se alguma coisa governa a identidade das personagens de Alcântara Machado, não é o passado. O passado aparece num breve e fugidivo relance, numa “folha de papel amarelecido e encardido” que o avô de Mana Maria entrega ao filho Joaquim:

O pai saiu sem fechar a porta à chave; Joaquim percorreu a folha encardida. Na primeira página, o título do jornal e a data: São Paulo, 20 de novembro de 1889. O resto era meio alegórico: uma mulher com barrete frígio na cabeça segurava um ramo de café com a mão direita e com a esquerda levantava um facho que iluminava três medalhões com os retratos do Cel. Mursa, Prudente de Moraes e Rangel Pestana. Em volta: leões deitados, pombos voando, ramalhetes de flores com laços de fita, o zé-povinho de chapéu erguido. (...) (Joaquim) Virou a folha, se demorou na contemplação do coronel Mursa. Era aquele. Sim senhor. Simpatião. No dia seguinte quis devolver para o pai mas o pai falou: - Guarde para você que eu tenho vários exemplares.¹⁹

As imagens do passado constituem apenas restos simbólicos sem nenhuma força no presente. Elas não são sequer trazidas através do fluxo da memória e consciência filiais, mas são delineadas pelo autor sempre *dehors* dos personagens, como que visualizando de fora os seus movimentos psicológicos e exteriores. Na cena da morte da mãe, revela-se com crueza e despido de quaisquer ornamentos, o caráter taciturno de Mana Maria:

Ela tinha coragem e não precisava de descanso. Ela era a forte, a dominadora, a incorruptível. A que resistia contra tudo, contra todos, contra ela mesma. A serviço de quê? De sua memória, mamãe.²⁰

Os intérpretes dos processos de composição de Antônio de Alcântara Machado já observaram que a “atividade psíquica do estilo direto com o verbo no pretérito

19. *Idem*, pp. 112-113.

20. *Idem*, pp. 161.

perfeito é a mesma do “presente histórico narrativo”. Este último também conhecido como “presente dramático”, já que o narrador, ao adotá-lo, visualiza os eventos do passado, como se os tivesse presentes e diante de si”²¹. O passado é assim, literalmente, transmutado em presente vivo, um presente que é quase sempre dramático, como se estivéssemos numa representação teatral.

Assim, em *Mana Maria*, o tema da invasão dos adventícios, internos ou externos, não se resolve pelo “tema da unidade”. Pelo contrário, o que sobressai é um clima de vacuidade social, onde só o presente tem força, só a ação perdura e a reconquista de uma identidade comprometida só pode nascer, portanto, desse *desinvestimento da palavra*. Talvez por isto, *Mana Maria*, esta novela inconclusa do orgulho e da solidão, transforme toda a memória e todo o impulso dos homens e das mulheres em direção ao passado, num *imperativo moral*.

O que se pode dizer no final desta profusão de narrativas segmentadas, produzidas nas fimbrias de 1932?

Constituição? Legalidade? Democracia? Separatismo? Outubrismo? Indiferentismo²²? Nos acanhados limites desse artigo, poderíamos dizer que, menos do que doutrina e talvez menos do que ideologia, 1932 gerou e foi gerado por uma mística. E a mística, lembra-nos um autor, não é uma narrativa de caráter explicativo mas, sobretudo, uma potência mobilizadora²³. A oratória, a crônica ou a ficção, produzidas, por assim dizer, ao “calor dos combates”, constituíram parte deste discurso fluido, pontual, fragmentado e instável da mística de 1932.

Concluindo, podemos dizer que foram raras as vozes dissonantes desse unísono triunfal e confirmatório, já que ele era parte de um quadro mental mais amplo de decepção com a palavra, gestos e símbolos tradicionais.

Vamos surpreender uma dessas raras vozes discordantes, no jovem Sérgio Buarque de Holanda que, seis anos antes, diagnosticava sombrio:

A palavra escrita ou falada só se concilia com a dificuldade vencida, com a energia satisfeita e a paz proclamada depois da guerra. É em vão que se tentará atrair a tempestade,

21. Cf. Machado, Luís Toledo - *Antônio de Alcântara Machado e o Modernismo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1970, p.88. O tema da mobilização permanente é analisado sob o prisma da urbanização paulista e, sob um aspecto mais amplo, nos desdobramentos da sociedade e cultura paulistas nos anos vinte. In: Sevcenko, Nicolau - *Orfeu Extático na Metrópole; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos vinte*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

22. A expressão *indiferentismo* foi utilizada em 1933, por BELMONTE (Benedito Bastos Barreto). In: *Assim falou Juca Pato: aspectos divertidos de uma confusão dramática*. São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1953.

23. Girardet, Raoul - *Mythes et Mythologies Politiques*. Paris, Éditions du Seuil, 1986.

invocar o demônio ou realizar o mistério dentro do cotidiano, quando não se renunciou à virtude ilusória da linguagem dos cemitérios.

E terminava, compungido:

Diante dessa impossibilidade de opor uma resistência mais eficaz ao mistério que nos situa por todos os lados, diante do absurdo dessa resistência não há duas atitudes igualmente legítimas. Nada mais cômodo, é verdade, que concluir pela vaidade de todos os nossos gestos e pela inutilidade de qualquer atitude - idéia que o Universo nos fornece a troco de um simples bocejo.²⁴

O jovem historiador parecia captar, como hoje, a crise de vacuidade de nossas palavras, de impotência de nossas ações e do aleatório dos nossos destinos, face à desconcertante história brasileira.

24. Holanda, Sérgio Buarque de, *loc.cit.*, p.66.